

Corrosões da cidadania: contradições da ideologia nacional na atual fase de internacionalização do capitalismo^{*}

Lúcio Flávio de Almeida^{**}

Resumo

Este artigo aborda alguns impactos político-ideológicos produzidos pela presente fase de internacionalização desigual das relações sociais em um contexto de crise do capitalismo. As alterações no papel do Estado e as correlatas crises da cidadania e da ideologia nacional são estudadas com vistas a examinar as lutas sociais emergentes.

O objetivo deste artigo é suscitar questões que surgem do exame (ainda incipiente) de alguns impactos sofridos pela ideologia nacional na atual fase de internacionalização dos processos produtivos. Acredito que uma abordagem deste tipo deve ser necessariamente pluridisciplinar, o que me leva, inclusive, a perpetrar formulações de caráter exploratório, algumas das quais enveredam arriscadamente por um terreno bastante complexo: o dos impactos ideológicos produzidos pela adoção de novas tecnologias nos processos de trabalho.

Aquelas questões se referem principalmente - às vezes de modo implícito - a uma dupla demanda bastante repetida por intelectuais

* Apresentado, inicialmente, no II Seminário Internacional Globalização, Regionalização e Nacionalismo, promovido pela Faculdade de Filosofia e Ciências da UNESP, campus de Marília, em setembro de 1995.

** Professor do Departamento de Política da PUC-SP e membro do NEILS.

acadêmicos e políticos profissionais, vários deles ligados a movimentos populares. Trata-se da demanda por políticas que favoreçam, ao mesmo tempo, a ampliação da cidadania e a nova “inserção” do país no atual contexto de globalização.

Pelo menos em alguns setores da esquerda, essas demandas correm o sério risco de serem contraditórias (as condições da inserção internacional terminam por reforçar a “exclusão” social), o que leva, por sua vez, à demanda por uma série de medidas “compensatórias” que podem permanecer no plano da pura retórica. De qualquer forma, existem indícios de que a prova dos nove está a caminho: a imprensa noticia o interesse em se instalar no Brasil de uma empresa coreana que explicitamente rejeita trabalhadores sindicalizados¹. Já no campo da direita, como a “sensibilidade social” e menor², a preocupação com a cidadania é mais nuançada, pois ela derivaria fundamentalmente do puro e simples sucesso da “inserção”, o que somente seria possível - é óbvio - no bojo de uma política neoliberal.

Na medida em que a esquerda procura incorporar ambas as demandas (boa inserção + ampliação da cidadania), ela é mais atraída pelo que se poderia chamar de “problemática do cardápio”, onde tudo se passa como se houvesse, seja no que se refere às políticas estatais, seja no tocante aos processos de trabalho, vários “modelos” à nossa disposição.

Este procedimento desfruta da autoridade de ter sido utilizado por uma especialista ilustre, Coriat (1992), que chegou a sugerir a incorporação de aspectos positivos do toyotismo a uma Europa social-democrata. Só que neste caso - diga-se em favor de Coriat - havia algo de relativamente positivo (as realizações de interesses imediatos para grandes parcelas dos trabalhadores, em alguns países da Europa Norte-Occidental)³ ao qual agregar aqueles aspectos. Todavia, há quem observe argutamente que “menos do que social-democratização do toyotismo, teríamos uma toyotização descaracterizadora e desorganizadora da social-democracia” (Antunes, 1995: 32, grifos dele). Já, por aqui, nestes meses de governo exercido por social-democratas, ruralistas morrem de rir, vários sem-terra morrem de morte matada mesmo e os petroleiros são calculadamente

¹ Ver, a este respeito “Ação da Samsung na AL será centralizada no Brasil”, Folha de S. Paulo, 28.08.95. Um dos subtítulos da matéria é “Grupo não admite sindicalizados”. Segundo o PhD e Consultor de Recursos Humanos da Samsung, “O sindicato não ajuda” e “os comitês internos conseguem o mesmo que os sindicatos”.

² Existem os que matizam esta avaliação. É o caso atualmente, de Francisco Weffort, para quem o PFL demonstra maior “sensibilidade social” do que as esquerdas.

³ É que, nas duas últimas décadas, tem sido fortemente questionado.

atraídos para um duelo ao por do sol cuja truculência faria inveja a Ronald Reagan e seus amigos neoliberais. E, finalmente, ganhamos a copa do mundo em matéria de desigualdade social. Pior: além de não termos muito de bom ao qual agregar, o que se pretendia trazer já não goza do mesmo prestígio de antigamente. Após anos de consumo de uma literatura apologética, as abordagens mais críticas adquirem maior visibilidade, inicia-se um certo desencanto com o “modelo japonês” e os olhos tendem a se voltar exclusivamente para o “paradigma” sueco. Estaria a nossa saída na adoção das relações sociais (inclusive relações de trabalho) tais como se constituíram naquele aprazível país da Europa do Norte?

A problemática do cardápio não é simplesmente infrutífera, mas produz um efeito perverso. Ao reforçar o nacionalismo neodependentista, ela impede - mais uma vez - que formulemos a singela questão: quem somos “nós”? Eis-nos as voltas com o nacionalismo neodependentista a escamotear as relações de exploração/dominação social. Nunca é demais lembrar que foi justamente um outro nacionalismo (o populista) a principal ideologia mobilizadora das classes populares urbanas para um esforço de industrialização “fordista” (dependente). Tal industrialização era apresentada como requisito da emancipação nacional e chegou a ser defendida como o caminho que, a curto prazo, “nos” levaria a ocupar um lugar para o qual estávamos predestinados, o de grande potencia⁴. Hoje, não deixa de ser melancólico ouvir, inclusive de muitos dos que se engajaram em tal mobilização, que enquanto “nos” completávamos a segunda revolução industrial, “eles” engatavam a terceira e que, portanto, o gap entre “nós” e “eles” aumentou. Fazer o que? Ninguém é perfeito ...

Ou pelos menos, em questão de dominação política e social, ninguém consegue ser perfeito para todos o tempo todo. Pois afinal, se, por um lado, a miséria tem aumentado⁵, por outro, houve uma extraordinária acumulação de capital (o Brasil não se tornou a “oitava potência industrial” do planeta?), e mesmo hoje, após a chamada década perdida, está ocorrendo um processo de modernização tecnológica em boa parte das empresas vinculadas ao grande capital⁶, o que, alias, tem tido contrapartidas amargas para os trabalhadores (entre elas, o desemprego)⁷.

⁴ Vários autores já examinaram esta questão. A este respeito, ver, entre outros, Almeida (1995).

⁵ “38% dos mendigos de SP são pós-Real” (*Folha de S. Paulo*, 03.09.95).

⁶ “Competitividade do país melhora” (*Folha de S. Paulo*, 06.09.95).

⁷ Indústria fecha 17.659 vagas em uma semana. Queda do nível de emprego em SP é a maior desde fevereiro de 91” (5/9/95) e “Novos métodos mudam indústria automobilística e reduzem emprego” (*Folha de S. Paulo*, 5/9 e 10/9/95).

Também não deixa de ser tragicômico que um dos grandes elaboradores de certa crítica ao nacional-populismo (a “teoria da dependência”) seja hoje o chefe de um governo que se apresenta como um baluarte da luta pela “nova inserção”. Mesmo levando em conta a mudança dos contextos históricos e dos conteúdos discursivos de cada uma destas ideologias, boa parte da crítica feita ao nacionalismo populista pode ser aplicada ao neodependentismo.

Talvez seja o caso de os participantes das lutas populares ficarem mais atentos diante dos sacrifícios que lhes são oferecidos em nome de “nossa” luta para não perdermos o trem da história e ingressarmos de vez no clube do “primeiro mundo”. Em nome deste “nós”, ou seja, do “interesse nacional”, o povo foi mobilizado não somente - como gostam de alardear os liberais tipo Roberto Campos - em prol de empresas estatais, mas também para a defesa de poderosos grupos particulares nativos, os quais, apesar da posição respeitável de que tem desfrutado, antes, durante e depois dos governos militares, são paupérrimos em iniciativas que contribuam para amenizar as condições de miséria de grande parte do povo brasileiro. Em suma, este “nós” tem encoberto uma feroz dominação política e social.

Mais do que expressar metafisicamente a preferência por um “modelo” (em geral se prefere o “sueco”, fazendo-se abstração da extrema singularidade do capitalismo sueco e, além de tudo, do fato de que mesmo este capitalismo está em crise), talvez fosse mais frutífero detectar (ou, pelo menos, vislumbrar) tendências objetivas nos processos em curso.

A atual fase da “globalização” e as contradições da ideologia nacional

Nesta comunicação, talvez eu carregue demasiadamente nas cores, mas o objetivo é, mesmo correndo o risco de contrariar o otimismo reinante em grande parte dos círculos acadêmicos, destacar algumas tendências em curso no atual contexto da chamada globalização.

A atual fase de internacionalização do capitalismo não é a primeira, nem, provavelmente, será a última. Como afirma Hobsbawm em seu último livro, “a história da economia mundial tem sido de acelerado progresso técnico, de contínuo mas irregular crescimento econômico, e de crescente 'globalização', ou seja, de uma divisão mundial cada vez mais elaborada e complexa; uma rede cada vez maior de fluxos e intercâmbios que ligam todas as partes da economia mundial ao sistema global” (1995, 92).

Este processo é marcado por rupturas (as chamadas “revoluções industriais”) e todas elas, ao mesmo tempo em que expressaram relações de poder entre as classes sociais, repercutiram fortemente sobre tais relações. As pesquisas pioneiras de Marx já haviam contribuído para demonstrar que relações sociais se materializavam em novos processos e trabalho e, inclusive, em novas tecnologias⁸.

Na aurora do imperialismo, ou seja, de um processo de intensa “globalização”, a “segunda revolução industrial” articulou-se a uma profunda crise, cujas principais características foram o declínio do liberalismo, a constituição de novas relações de classes (inclusive de novos processos de trabalho) e a maior presença direta dos Estados capitalistas nas tarefas voltadas para a reprodução da força de trabalho. Estas inovações que chegaram, inclusive, a alterar a composição da classe operária (e da burguesia) não ocorreram sem crise, a qual abriu, em momentos diferenciados, possibilidades de reforço da dominação capitalista, assim como de luta contra ela.

Mais uma característica desta crise e apresento minha primeira hipótese. A crise que se iniciou com a alvorecer do capitalismo monopolista incidiu fortemente sobre a configuração da ideologia nacional e, com isto, na maioria das formações sociais hegemônicas, afetou o próprio estatuto da cidadania.

Enfim, a primeira hipótese. Contrariamente as formulações que derivavam mecanicamente da atual fase do processo de globalização o fim dos nacionalismos, tenho sugerido que o que está sofrendo uma crise profunda é a ideologia nacional; e segunda hipótese - justamente esta crise da ideologia nacional está na base, não no arrefecimento, mas na intensificação de movimentos nacionalistas. Com o objetivo de melhor clarificar estas hipóteses, parto de algumas teses sobre a ideologia nacional “clássica”, adotando uma perspectiva que vislumbra tal ideologia no contexto das relações entre o Estado burguês e relações de produção capitalistas. Inspiro-me, portanto, em leituras de O Capital fortemente influenciadas pelas contribuições, entre outras, de Nicos Poulantzas (1970). Parece-me que esta perspectiva permite superar a concepção da comunidade nacional como derivada das relações mercantis, posição

⁸ Pesquisas que foram desenvolvidas criativamente, em um plano mais teórico por Balibar (1973) e (1970) e aprofundadas, entre outros, por Braverman (1977). Frente aos que, em defesa do status quo, se referem às inovações tecnológicas como se constituíssem verdadeiras “anomalias” para a análise marxiana, nunca é demais lembrar que, bem antes de escrever O Capital, Marx já observava que o capitalismo não sobrevive sem revolucionar permanentemente os instrumentos de produção (Marx e Engels, 1988: 69).

teórica adotada por uma série de autores, entre eles Kautsky (1978) e Pasukanis (1976), este último, indiretamente, pois seu objeto central de estudo é o direito burguês. Talvez ela também ajude a evitar os impasses com que se depara, ao meu ver, outra linha de análise que, apesar de alguns resultados brilhantes, parece-me unilateral. Refiro-me às teorizações que articulam a comunidade nacional ao desenvolvimento das “forças produtivas”, vistas sob um prisma eminentemente técnico. Neste caso, a principal autor é Gellner (1981), para quem o nacionalismo é uma expressão da sociedade industrial. Apesar de sua inegável fecundidade, tais formulações não conseguem explicar a emergência de nacionalismos em sociedades pré-industriais (pré-capitalistas), justamente por apresentarem um segundo problema que, como se viu, tem a ver diretamente com as duas hipóteses que formulo: não distinguem ideologia nacional de nacionalismo.

A partir da perspectiva que adoto, destaco duas (e interativas) determinações cruciais para a formação da comunidade nacional:

1) na esfera econômica, a dupla separação do trabalhador direto em relação aos meios de produção. O proletário não detém a “posse”, nem a propriedade dos meios de produção. Ele não é “parte constitutiva” dos meios de produção, nem possui o poder de decidir sobre o que produzir (e, tampouco, é proprietário do que é produzido).

2) no plano jurídico-político, a constituição de todos os agentes da formação social como “cidadãos” (indivíduos-sujeitos livres e iguais) que o próprio Estado reaglutina em uma coletividade que se apresenta como singular e soberana: a nação. Esta coletividade se representa como indissolúvelmente ligada a um território. Cabe ao Estado - expressão maior da soberania nacional- resguardar a integridade de cada milímetro quadrado deste território que é, por assim dizer, “ungido” pelo ser nacional.

Observe-se o contraste com as relações de produção feudais, marcadas pela “unidade” entre o trabalhador e os meios de produção. Neste caso, ao invés de constituição, na esfera político-ideológica, dos agentes como indivíduos-sujeitos, a relação de dominação política recebe o selo da dependência pessoal. Não se encontra, aqui, a identificação de uma comunidade nacional com um território rigorosamente delimitado. Deparamo-nos, em escala menor, com a vinculação do domínio ao nome do nobre (Guimarães, 1974), ao mesmo tempo em que a “comunidade inclusiva” não adquire a fisionomia de uma nação, mas da comunidade religiosa ou do reino dinástico (Anderson, 1989).

No que se refere ao nosso ponto de partida (a ideologia nacional “clássica”), a importância da região jurídica da ideologia dominante é

decisiva para a configuração da comunidade nacional. Todavia - como já foi afirmado - no alvorecer do imperialismo, formações sociais capitalistas foram sacudidas por crises da ideologia nacional que implicaram no enfraquecimento, no interior do sistema ideológico burguês, dos elementos jurídicos, o que resultou na tendência a predominância dos elementos “étnicos” ou “orgânicos” (Smith, 1986) na configuração da ideologia nacional.

No bojo das crises da ideologia nacional, a nação é problematizada, inclusive por intermédio de movimentos nacionalistas. Tal problematização é inseparável do questionamento do papel do Estado, o qual passa a ser percebido como em dívida para com a sua “verdadeira missão”, a de assegurar a integridade da comunidade nacional. Por um lado, se questiona o desempenho do Estado burguês e, por outro, os atributos daqueles que merecem ser reconhecidos como “cidadãos”.

Hoje, estes questionamentos parecem se repor sob novas formas, as quais ainda não se encontram muito bem definidas. Caberia, portanto, examinar a que ocorre nos dois planos cruciais citados acima: as relações de produção e o Estado. E então verificar como as ocorrências em ambos os planos repercutem sobre as relações entre as classes sociais e, mais especificamente, sobre a configuração (e crise) da ideologia nacional.

Do “capitalismo administrativo” às maravilhas do toyotismo

Nas duas últimas décadas, o pensamento acadêmico conservador efetuou uma interessante reviravolta no que refere as relações de produção tal como estão conceituadas aqui. Saíram de moda as teses sobre o “capitalismo administrativo” ou a “revolução dos gerentes”, as quais afirmavam, de um modo ou de outro, o fim (ou a irrelevância) da propriedade privada nas sociedades modernas, pois, agora, as grandes empresas seriam geridas principalmente por administradores que, justamente, por não serem proprietários privados, eram menos sequiosos de lucro e mais preocupados com a bem comum do que os antigos capitalistas individuais⁹. Principalmente a partir dos anos 80, o que voltou com toda a força foi a reafirmação, sem rodeios, da propriedade privada. Nem os mais fervorosos adeptos da “economia de mercado” estão preocupados em “relativizar” a caráter privado da propriedade, inclusive - e é a que importa aqui - no que se refere aos meios de produção. Ao contrário, existe um grande incentivo ideológico ao surgimento de novos “empreendedores” que abram “o seu próprio negócio”, o que produz a

⁹ Ver a esse respeito, as considerações críticas de Miliband (1982).

mistificação ideológica inversa: oculta-se que, sob a figura de proprietários jurídicos, muitos dos pequenos e médios “empreendedores” são, em termos de propriedade econômica, quase totalmente subordinados ao grande capital.

Ao mesmo tempo, ocorreu, efetivamente, uma intensa transnacionalização das relações de propriedade. Surgiram ou se ampliaram grandes empresas que operam em escala literalmente planetária, decidem a que, quando e onde produzir (ou não produzir) de olho no mapa mundi e com a velocidade do fax e outros meios de comunicação que praticamente anularam as distâncias espaciais. E - como se sabe - a maior parte do comércio internacional se realiza intraempresas. Do tênis ao jeep, a propriedade é de uma empresa norte-americana, mas o produto pode ser fabricado na Indonésia ou, quem sabe, no Brasil. Chegou-se ao ponto de existirem empresas industriais (?) sem unidades de produção próprias: não se limitam a procurar nichos de mão-de-obra mais dócil e barata, mas inclusive outras empresas que serão contratadas para produzir, na parte ou no todo, a custos mais interessantes, as mercadorias planejadas. Acrescente-se a isto a enorme quantidade de ativos financeiros que flutuam sobre o planeta em busca de aplicações meramente especulativas, o que leva grande parte dos países (não só do chamado “terceiro mundo”) a fazerem tudo para atrair tais investimentos. Desta forma, desencadeia-se uma verdadeira guerra de juros, que tendem, como no Brasil, quando este artigo está sendo escrito, a ultrapassar os 15% ao mês. O resultado final é que estes capitais se tornam mais voláteis ainda, provocando, em questão de meses (ou de semanas) a canonização ou o descrédito de chefes de Estado e, por tabela, dos próprios Estados. Este ritmo acelerado da transnacionalização das relações de propriedade tem contribuído para fragilizar a capacidade dos Estados nacionais para implementarem políticas próprias.

Talvez seja o caso de evitar, a respeito desta fragilização, dois equívocos complementares. O primeiro, comum em certos círculos da esquerda, possui caráter fortemente subjetivista e consiste em atribuir a responsabilidade deste processo às manipulações de uma burguesia todopoderosa. O segundo, mais encontrado entre os liberais, e, por incrível que pareça, de caráter objetivista: o que se trata - dizem eles - é do prevalecimento inexorável das férreas leis de mercado sobre o Estado.

Análises mais lúcidas têm demonstrado que as coisas não são tão simples assim. A própria burguesia internacional, bem como os principais Estados, cavalgam o tigre de uma crise cujos movimentos são difíceis de controlar. Sofrem devido à falta de regulação, pois ela conduz a anarquia total em um mercado altamente especulativo onde, em um dia, se trocam divisas em um montante superior ao volume anual do comércio

internacional. E sofreriam mais ainda no caso (altamente improvável) do efetivo exercício desta ação regulatória em escala internacional, pois o resultado imediato seria - como explica Mandel (1992) - uma profunda depressão.

Descartada qualquer visão conspiratória ou determinista que, em última análise, deposita nas mãos do capital transnacional uma capacidade diretiva bem maior do que ele realmente possui, retomemos o exame de alguns impactos da atual fase de transnacionalização sobre os Estados nacionais.

Blocos de capitais crescentemente transnacionalizados recrutam seus “funcionários” em praticamente todos os quadrantes do planeta. Um dos efeitos desta internacionalização de frações da burguesia (e mesmo de escalões intermediários das empresas transnacionais) é uma espécie de dupla lealdade que tende a fragilizar um dos pilares da ideologia nacional. Afinal, quem é o principal objeto da lealdade de um brasileiro membro da alta direção de um banco norte-americano? O banco ou o Estado brasileiro? O mesmo vale para um (cidadão?) mexicano ou espanhol que participe, por exemplo, da chefia de um grande conglomerado alemão¹⁰. E, como a palavra de ordem dos funcionários do capital é “desregulamentação”, as chances desta lealdade se transferir para o conglomerado empresarial são cada vez maiores. Desafortunadamente, situações como esta tem contribuído para incutir em amplos setores das classes populares a noção de que cabe fundamentalmente ao Estado nacional protegê-las da ação desses conglomerados transnacionais, ilusão que contribui fortemente para converter o antiimperialismo em algum tipo de nacionalismo.

Este processo de transnacionalização, na medida em que se articula com alterações nas formas de que se reveste a relação de apropriação real, também produz efeitos ideológicos sobre as relações de propriedade. Se, anteriormente, a ofensiva ideológica da burguesia martelava a tese do fim da propriedade privada no interior do próprio capitalismo, a partir dos anos oitenta, a ênfase se deslocou para os processos de trabalho. No bojo da atual onda de inovações tecnológicas o que se passou a destacar foi o aumento do controle do trabalhador sobre o processo de trabalho, com tudo o que isso tem de enriquecedor: o fim das tarefas monótonas, repetitivas, totalmente desvinculadas das funções de concepção, a substituição da linha de montagem pelo trabalho em

¹⁰ O que não impede que, segundo Kurz (1996), um diretor da Volkswagen, famoso “ditador da redução de custos”, conclame “seus trabalhadores, em tom nitidamente racista, contra o ‘perigo amarelo’ da concorrência japonesa”.

equipe, etc.. E tudo isso - maravilha das maravilhas - com o pleno emprego e - melhor dos mundos - com a garantia, pela empresa, do emprego vitalício.

Estará ocorrendo, nos processos de trabalho, uma unidade trabalhador-meios de produção, conforme foi alardeado por uma série de autores/atores, não necessariamente apologistas do capitalismo? Estarão surgindo novas tecnologias que, de algum modo, eliminam a separação entre os meios de produção e o trabalhador direto na esfera dos processos de trabalho? Como as mudanças desses processos, no interior da atual fase de internacionalização, repercutem sobre as relações entre Estado e classes sociais e - portanto - sobre a cidadania?

Mesmo descontados os esforços dos propagandistas do capitalismo, não se deve descartar aprioristicamente o imenso potencial libertador presente nas novas tecnologias. Todavia, nada indica que esta tendência esteja se efetivando, por exemplo, nos setores de ponta da indústria japonesa apontados como pós-tayloristas. Ao contrário, como afirma Claudio Katz, “a essência do taylorismo não é o caráter repetitivo das tarefas, mas o controle patronal do processo de trabalho, e este traço é dominante na produção japonesa. Sob o toyotismo, a fabricação baseada no tempo compartilhado pelo grupo implica um controle gerencial sobre tempos e movimentos tão intenso como a (...) (atribuição: LFA) fragmentária individual das tarefas” (1995: 35).

Em oposição a Coriat, Katz observa que “o traço mais copiado do 'modelo japonês' no Ocidente é a ampliação da massa de trabalhadores flutuantes em torno do grupo estável da grande empresa” (1995: 35). É provável que esta formulação, seja já é fecunda para a análise dos casos nacionais, quando transposta para o plano internacional, nos revele o “segredo mais recôndito” do impacto dos novos processos de trabalho sobre a ideologia nacional: o desemprego estrutural em escala planetária¹¹. Acredito que é por aí que, em um contexto marcado pela crise do capitalismo, os funcionários do capital passam a ofensiva na luta de classes, fragilizando o movimento operário e procurando criar, com maior ou menor sucesso, uma espécie de “nova dependência” do trabalhador direto frente aos proprietários dos meios de produção.

Esta perspectiva de análise parece ser adotada de maneira bastante fecunda por Michael Burawoy, cuja análise, a partir de outro trajeto teórico, aponta justamente a importância das mudanças ocorridas no

¹¹ “Isto não exclui o impacto ideológico mais imediato sobre os trabalhadores (e também sobre diversos estudiosos do assunto) do aparente controle do processo de trabalho pelos produtores diretos.

âmbito da dupla separação, ou seja, nas relações de propriedade e de apropriação real. Segundo Burawoy, dois conjuntos de fatores contribuem para uma alteração no equilíbrio entre trabalhadores e capitalistas, o que contribui para a emergência do que este autor chama de um novo regime fabril (o “despotismo hegemônico”). O primeiro conjunto relaciona-se com processo de acumulação em escala mundial”. Como diz o autor, hoje “é muito mais fácil deslocar o capital de um lugar para outro”, devido, principalmente, a produção de viveiros de mão-de-obra barata inclusive nas regiões periféricas dos países de capitalismo avançado, a fragmentação do processo de trabalho, o que permite aprofundar a divisão técnica do trabalho em escala internacional e, finalmente, as “transformações nas indústrias de transportes e comunicações”. O segundo conjunto situa-se no interior dos países capitalistas avançados e consiste na montagem do novo regime fabril. Este novo despotismo não é a simples repetição do anterior (a mera tirania do supervisor sobre os subordinados), mas “a tirania 'racional' da mobilidade do capital sobre o trabalhador coletivo.” A intervenção direta do Estado na regulação da reprodução da forças de trabalho tende a diminuir ou mesmo a ser insignificante, devolvendo-a para o próprio processo de produção. Só que agora, diferentemente dos primórdios do capitalismo, o elo não se constrói pela via individual, mas “no nível da empresa, região ou mesmo nação”. Desta forma, “o medo de ser despedido e substituído pelo medo da fuga dos capitais, do fechamento da fábrica, da transferência das operações e do desinvestimento na planta industrial”. Nos termos do “novo despotismo”, continua a existir uma ordenação dos interesses do capital e do trabalho, só que onde o segundo “costumava receber concessões com base na expansão dos lucros, ele, agora, faz concessões com base na lucratividade relativa dos capitalistas entre si (...) o ponto de referencia primordial não é mais o êxito da empresa de um ano para o próximo; ao contrário, e a taxa de lucro que pode ser obtida em outro lugar”, o que leva os operários, quando trabalham em empresas que estão perdendo lucros, a desconfortável alternativa entre cortar salário ou perder o emprego (1990: 47-8)

A análise de Burawoy permite dar conta de dois aspectos que, para grande parte dos autores, parecem desconectados. Em primeiro lugar, permite observar o “modelo japonês” com maior criticidade, pois é justamente no país de origem do toyotismo que se configura mais claramente o que se poderia chamar de “nova dependência” do trabalhador direto. Neste país, a contraface das derrotas do movimento operário nas duas décadas subseqüentes a segunda guerra mundial e a ínfima presença direta do Estado na reprodução da força de trabalho e a dependência dos trabalhadores frente ao “sistema de serviços e benefícios sociais da empresa” (1990:44). Criou-se tamanha interpenetração, por

exemplo, das relações familiares com as relações de trabalho que, segundo certos autores, se diluiu a fronteira entre o público e o privado. Frank Anunziato é mais rude a este respeito: “o capitalista japonês, como encarnação do senhor feudal, garante a estabilidade do trabalho, obtendo em troca, por parte dos trabalhadores, encarnação do servo feudal, lealdade e obediência”¹². Observações deste tipo, por mais fecundas que sejam para a análise de uma formação social concreta, podem turvar a visão dos aspectos destas últimas que são passíveis de generalização.

Burawoy por sua vez, parece evitar uma perspectiva culturalista, a qual, se fosse assumida, tenderia a restringir o novo regime fabril às peculiaridades do país do sol nascente. Segundo este autor, existem indícios de que, no bojo das transformações na divisão internacional do trabalho e da mobilidade nacional e internacional do capital, a despeito da maior ou menor intervenção estatal, “em todas as sociedades de capitalismo avançado os regimes hegemônicos estão desenvolvendo uma face despótica” (1990:49).

Neste sentido, devem ser considerados com maior atenção aspectos que acenam, principalmente nos setores “de ponta” da indústria japonesa, para a criação de uma espécie de nova dependência.

A “nova dependência” e as contradições da ideologia nacional

Observe-se que, nos termos da análise que esbocei no início desta comunicação, a contraface do trabalhador nu e o estatuto de indivíduo-sujeito, o que possibilita ao trabalhador duplamente separado dos meios de produção o exercício do que Marshall (1967) (e outros) denomina cidadania civil.

Todavia, certos autores, a partir do estudo do caso japonês, chegam mesmo a “questionar o estatuto do conceito de força de trabalho como mercadoria, mostrando que a aparência de trabalhadores livres e supostos iguais desmorona quando levamos em conta a existência – no terreno da exploração do trabalho – de relações de opressão ou de dominação em vigor na esfera não-mercantil” (Hirata, 1986: 5). As reflexões de Hirata chamam a atenção para aspectos das relações sociais japonesas (especialmente as relações homem-mulher), que poderiam levar ao questionamento de categorias tidas como fundamentais para a análise do capitalismo. É o caso, por exemplo, do “paternalismo” ou

¹² *Apud* Antunes (1995: 37) – **Annunziato termina** carregando a **mão na** peculiaridade do caso japonês, o que pode impedir a percepção **das tendências em curso no conjunto do** capitalismo mundial.

“familiarismo” existente “nas empresas nipônicas, onde as relações pai/filho, pai/filha são transpostas para a esfera salarial, com tudo o que isso acarreta de disciplina, autoridade, afetividade e, portanto, de distante da imagem do assalariado enquanto 'livre vendedor de sua força de trabalho'” (1986: 5). A importância destas observações é inegável, inclusive porque, embora não seja este o objetivo explícito da autora, podem contribuir para o exame de outras “éticas do trabalho”, distintas da classicamente atribuída ao puritanismo. Mais uma vez, o que se trata é de saber como articular o 'modelo' japonês ao contexto de um capitalismo cada vez mais mundializado. Trata-se de saber, por exemplo, o que esta em questão: as análises efetuadas por Marx ou, ao invés, o próprio capitalismo (ou mesmo este e aquelas).

Em *O Capital*, nos momentos em que Marx incorpora explicitamente as lutas de classes à análise do modo de produção capitalista pretende mostrar como se produziu o patamar mínimo para a constituição do trabalhador livre, de modo a se evitar que o despotismo de fábrica (processo de trabalho) “transbordasse” para a dependência pessoal nas relações sociais mais amplas. Ou seja, como as lutas sociais instituíram a existência dos sujeitos como “cidadãos civis”, o que se configurou como base fundamental de legitimação para a apropriação do sobretrabalho em um modo de produção específico. Ou seja, o próprio constructo altamente abstrato elaborado em *O Capital* supunha determinado nível das lutas de classes.

Aqui adquire grande importância a observação de que “o modelo japonês está muito mais sintonizado com a lógica neoliberal” (Antunes, 1995: 31). Inclusive porque, da mesma forma que a economia inglesa serviu de campo de observação privilegiado para as análises do capitalismo elaboradas por Marx, e – insisto – difícil pensar o capitalismo contemporâneo sem o caso japonês, principalmente porque ele surge no bojo de um processo mais intenso de “globalização”. A propósito, Katz observa a rapidez com que o toyotismo tem sido assimilado “por outros países desenvolvidos”, adquirindo uma mundialização mais rápida do que a ocorrida com o taylorismo, o que demonstraria ser ele possuidor de “traços universais da economia capitalista” (1995: 36).

Hoje, como no passado, a concretização do modo de produção capitalista - sempre um processo de desenvolvimento desigual e contraditoriamente articulado – não assegura previamente certa relação proletariado-burguesia, a partir de um processo linear regressivo. Mais precisamente e utilizando os termos de Marshall, assim como não existe nenhuma inevitabilidade no percurso cidadania civil-política-social, nada indica que, nesta ou naquela formação social concreta, eventuais retrocessos se façam na exata contramão do mesmo trajeto. No atual

contexto do capitalismo em crise (assim como ocorreu, por exemplo na Alemanha nazista) não existe nenhuma garantia estrutural de que, em todas as formações sociais, as relações de circulação (estritamente imbricadas com as estruturas jurídico-políticas, simplesmente recuem para a cidadania civil. Determinada correlação entre as classes no processo de trabalho, ao se articularem com as relações sociais mais amplas, podem levar, em alguns países, a situações mais similares ao pré-capitalismo do que ao capitalismo tal como foi apreendido teoricamente por Marx, em O Capital. Este é um desfecho possível da conjugação das inovações tecnológicas, em um contexto marcado pela crise do capitalismo e – aparente paradoxo – pela ofensiva burguesa em escala planetária, com o desemprego estrutural (ou a chamada “exclusão social”).

Todavia, o liberalismo (ou o neoliberalismo), embora seja uma expressão político-ideológica dessa ofensiva, não molda a história segundo a sua imagem. Primeiro, porque e, acima de tudo, uma ideologia burguesa, com todas as implicações acerca da mistificação e ocultação, inclusive para seus glorificadores. Segundo, porque não existe nenhum sujeito histórico deste porte. O resultado pede ser uma situação ainda mais crítica para o próprio capitalismo e – logo para os liberais convictos (os outros, como se viu no passado, acabam se adaptando as mudanças dos ventos). Como superar a crise, depende das lutas sociais. Se e onde a resposta depender principalmente da iniciativa das forças políticas pró-capitalismo, o risco de implantação de neofascismos (com altos teores de “exclusão social”)¹³ em diversas regiões do globo não será desprezível.

Vimos que, “pelo alto”, a nova onda de concentração e centralização dos capitais leva a constituição de relações de propriedade que transcendem amplamente os limites dos Estados nacionais. Constitui-se cada vez mais uma burguesia transnacionalizada, funcionária de um capital que opera, literalmente, em escala mundial. Estas relações, na atual fase da internacionalização, minam a capacidade de implementação de políticas pelos Estados nacionais (principalmente nas formações sociais dependentes). O mesmo parece ocorrer “por’ baixo”, em virtude das transformações ocorridas nos processos de trabalho (inclusive com a adoção de novas tecnologias). Ofensivas contra a presença direta do Estado (sem falar nas organizações sindicais dotadas de um mínimo de autonomia) na reprodução da força de trabalho, “desregulamentação”, “flexibilização”, sindicatos por empresa que funcionam sobretudo como elementos de reforço da integração dos trabalhadores como dependentes no interior de uma corporação capitalista, alta produtividade cuja

¹³ O holocausto também foi uma forma radicalizada de “exclusão social”.

contrapartida e o desemprego crescente; tudo isso parece contribuir para um duplo efeito: a mencionada fragilização da capacidade estatal para implementar políticas quanta à relação capita/trabalho e a divisão, no interior da classe trabalhadora, sob diferentes estatutos de “inclusão”/”exclusão social”¹⁴.

Em suma, no que se refere às relações econômicas, a nova onda de concentração e centralização do capital contribui para a constituição de formas de propriedade e processos de trabalho que transcendem amplamente as esferas da intervenção dos Estados nacionais. É no interior destas relações que se constituem segmentos de uma burguesia cada vez mais transnacionalizada, ao passe que – como se sabe – o proletariado, tanto no plano econômico-corporativo, como no político, ou mesmo no que se refere as suas alterações estruturais, parece ainda estar ajustando contas com o seu próprio passado.

A fragilização deste papel do Estado não impede necessariamente que este intervenha no sentido de implementar políticas “neoliberais”, inclusive por meio do recurso a violência aberta e declarada – como se viu com a ocupação militar das refinarias durante a recente greve dos petroleiros – para obrigar os trabalhadores a permanecerem em “seus devidos lugares”¹⁵. Todavia, ela produz contradições que tornam bastante complicado o exercício de uma função estrutural do Estado burguês como organizador dos interesses das classes dominantes e, em contrapartida, desorganizador das lutas dos trabalhadores: a de constituir todos os agentes da formação social como cidadãos. Infelizmente (e de um modo, até certo ponto, paradoxal!), tais contradições não impediram a reativação

¹⁴ Algumas das formulações que faço aqui, inclusive as expressões metafóricas “alto” e “baixo”, coincidem com as análises apresentadas no último livro de Hobsbawm, recém lançado no Brasil. Todavia, existem duas diferenças entre as duas abordagens: 1) no plano mais geral, Hobsbawm não explora consequentemente a problemática da relação entre o Estado capitalista e as lutas de classes; 2) mais especificamente em decorrência -, tampouco incorpora a esta problemática a análise das relações de apropriação real. (Hobsbawm, 1995: 553).

¹⁵ Mesmo nas intervenções realizadas ao arripio do papel (tão sagrado para os liberais) de “guardião dos contratos”. Tampouco impede a continuação, da dependência, sob novas formas, agora no sentido dos efeitos da estruturação do capitalismo, no plano internacional, sobre as assimetrias (não só econômicas) das relações Sociais. Um exame mais profundo do problema seria objeto de outra comunicação. Mas, mesmo autores que oscilam, entre o marxismo e o liberalismo, como Hobsbawm, neste particular, quando tratam do enfraquecimento do Estado-nação, sublinham a importância do apoio da “oligarquia dos grandes países capitalistas” à ação dos “organismos financeiros internacionais” e acrescenta que estas instituições (FMI e Banco Mundial, etc.) constituíam “autoridades internacionais efetivas ... para a imposição pelos ricos de políticas aos países pobres” Hobsbawm, 1995: 420).

do estatismo entre muitos segmentos dos próprios trabalhadores, o que contribui para aprisioná-los, mais uma vez, no interior do falso dilema Estado-mercado.

O que se repõe em termos práticos (e cruciais) é a questão de como assegurar a legitimidade da expropriação do excedente em condições marcadas por uma dupla dificuldade na constituição da cidadania pelo Estado nacional. Este enfrenta problemas “pelo alto” – como já vimos – devido à dupla lealdade fundamental (Estado x empresas capitalistas). Também os enfrenta “em baixo”, devido, em primeiro lugar, a tendência a reprodução, em novos termos, das relações de dependência entre o trabalhador direto e os funcionários do capital e, em segundo, aos impasses com que se defronta para assegurar, em um contexto marcado pela “exclusão social”, as condições político-ideológicas de constituição de todos os não-proprietários dos meios de produção como “cidadãos”¹⁶. Em outros termos, o que esta em jogo, nos dois planos (“alto” e “baixo”) é a ideologia do Estado soberano e – com ela – a própria constituição ideológica da coletividade nacional como uma comunidade singular de indivíduos livres e iguais, comunidade autodeterminada cuja soberania se expressa justamente por intermédio do “seu” Estado-nação.

Na medida em que se enfraquece, nos termos já explicitados, o papel do Estado burguês, parecem surgir (muitas vezes em aberta competição com ele) pretendentes a novos instituintes da cidadania, alguns deles dotados de significativa margem de “extraterritorialidade” (como é o caso de empresas transnacionais) e cada qual reivindicando uma legitimidade específica. Trata-se – como se viu – de um processo duplamente contraditório. O questionamento da cidadania significa a problematização de uma categoria fundamental para a reprodução das condições “superestruturais” da dominação burguesa. Além disso, diferentes estatutos de cidadania terminam por transformá-la no oposto de si mesma, dilacerando-a em uma hierarquia de privilégios.

Uma outra dupla contradição também incide diretamente sobre a referida capacidade do Estado burguês para continuar constituindo todos os agentes de uma formação social como cidadãos. É que ele aparece, por um lado, como demasiado inclusivo, frente a processos de produção

¹⁶ Não apenas no “terceiro mundo” há dificuldades. Também nos EUA cresceu a polarização social e 15% a 20% dos norte-americanos são considerados incapazes de “desempenhar papéis produtivos, política, ou economicamente” e “1 de cada 4 homens adultos negros é acusado de crime, está encarcerado ou em liberdade condicional”. Os ricos ficaram mais ricos, o número de pessoas abaixo da linha de pobreza cresceu de 24,5 milhões em 1978, para 32 milhões, em 1988. (McNamara, 1992: 41-46).

demasiado excludentes¹⁷. É o que ocorre, por exemplo, quando o eixo das relações capital-trabalho se desloca “da esfera nacional para os ramos de atividade econômica e destes para o universo micro, para o local de trabalho, para a empresa e, dentro desta, para uma relação cada vez mais individualizada” (Antunes, 1995: 65). Parece-me que um dos “sintomas” desta contradição e a problemática da “exclusão social”, bem como grande parte dos esforços, inspirados por ela, para que, em geral por meio de políticas estatais, se incluam os “excluídos”.

Por outro lado - como já vimos anteriormente - este mesmo Estado nacional aparece como demasiado restrito, em um duplo sentido. O primeiro, já assinalado por outros autores, por intermédio do conceito de desterritorialização, refere-se à existência de “grupos étnicos, lealdades ideológicas e movimentos políticos que atuam crescentemente em moldes que transcendem fronteiras e identidades territoriais específicas”¹⁸. Mas esta restrição - eis o segundo sentido - também aparece sob a forma de crescentes dificuldades que o Estado tem que enfrentar para se manter como objeto supremo da lealdade no interior dos limites do “seu” próprio território¹⁹. O que não significa, embora não exclua necessariamente, a adoção de uma perspectiva política internacionalista. Pode significar, por exemplo, que, para diversos segmentos das classes populares das “periferias” das grandes cidades do chamado “terceiro” (e mesmo do “primeiro”) mundo, esta lealdade foi transferida para atores (individuais ou coletivos) que, informalmente, detém grande poder de controle sobre esferas das relações sociais em determinado local, atores que chegam, inclusive, a atender, ao seu próprio modo, a determinadas “carências” que se ampliam no bojo da implementação das políticas de cunho “neoliberal”. É desnecessário insistir que tais situações podem, em muitos casos, contribuir para a fragilização dos fundamentos ideológicos da pretensão de que o Estado detenha o monopólio da violência legítima sobre o conjunto do território nacional. Neste ponto, a análise das atuais contradições da ideologia nacional não é indissociável apenas das questões de “macro” política. Ela também é importante para o exame de problemas

¹⁷ Esta percepção é crucial para a emergência de muitos dos nacionalismos que cobram do Estado que este seja mais seletivo na constituição dos membros da comunidade nacional. Não por acaso, políticos “socialistas” franceses e trabalhistas ingleses adotam ou apóiam a expulsão de desempregados (boa parte, mendigos) dos municípios administrados por seus partidos.

¹⁸ Frederi E. Wakeman Jr., “Transnational and Comparative Research”, in Annual Report 1987-1988, New York, p. 13-24, apud Ianni (1992: 93).

¹⁹ Já são tradicionais os debates acerca do significado de apatia eleitoral nos EUA. Todavia, o mesmo McNamara diante do fato de que, em novembro de 1990, “apenas 216% dos eleitores qualificados votaram nas eleições para o Congresso”, considera que “a população perdeu a fé na capacidade de seu governo alterar as coisas para melhor” (1992: 40-1).

do “cotidiano”, como, por exemplo, o da criminalidade entre os setores populares. Neste particular, talvez o pouco entusiasmo do exército brasileiro em ocupar as favelas cariocas tenha expressado maior lucidez do que a afoiteza de muitos intelectuais críticos. Pois afinal, não apenas os “super-incluídos”, mas também os “ultraincluídos”²⁰ recorrem a mecanismos “privados” de exercício da violência, como o atestam a proliferação das empresas de segurança e a cultura segregacionista dos shopping-centers, condomínios, etc.. A mesma ocupação militar dos espaços (e, logo, das redes de sociabilidade) por onde circulam os membros das classes dominantes, boa parte deles percorridos também pelos intelectuais, acarretaria sérios transtornos existenciais para estes últimos, além de revelar nexos inesperados entre o mundo dos “incluídos” e o dos “excluídos”. Pois, mais do que nos limitarmos a uma simples dicotomia, talvez seja o caso de salientar que o resultado destas contradições são múltiplos processos de “inclusão”/”exclusão”, todos eles marcados por uma forte carga simbólica, inclusive sistemas de valores que, embora distintos, se interconectam.

Se, por um lado, estas contradições da cidadania segregam e segmentam as classes populares, abrem, por outro lado, condições – ainda pouco exploradas – para a criação de novos tipos (e frentes) de lutas por novas formas de sociabilidade cuja efetivação se choque com a dominação capitalista.

Caso estas formulações façam algum sentido, elas colocam sérios problemas para as chamadas lutas pela cidadania (ou mesmo pela ampliação desta). Acredito que tais problemas devem ser resolvidos, em termos práticos, a partir da análise concreta da cada conjuntura. Todavia, desvincular estas lutas dos entraves postos pelas próprias contradições atuais que atravessam o capitalismo e, mais particularmente, a ideologia nacional, implica, além da renúncia a explorar novas formas/ frentes de luta, um sério risco de se incorrer em uma imensa mistificação político-ideológica. Muito provavelmente, uma espécie de utopia regressiva.

O exame daquelas contradições, além de apresentar desafios teóricos, pode contribuir para a superação de alguns impasses políticos com os quais se deparam as lutas operárias e populares neste final de milênio.

²⁰ E talvez, em termos do Estado-nação, já se possa mencionar os “super-incluídos”, ou seja, aqueles que principalmente através de uma série de instituições, entre elas as grandes corporações econômicas, se inseriram positivamente nas redes de relações transnacionais.

Bibliografia

- ALMEIDA, Lúcio Flávio. (1995). *Ideologia nacional e nacionalismo*. São Paulo: EDUC.
- ANDERSON, Benedict. (1989). *Nação e consciência nacional*. São Paulo: Ática.
- ANTUNES, Ricardo. (1995). *Adeus ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo/Campinas: Cortês/Unicamp.
- BALIBAR, Étienne. (1973). “Acerca de los conceptos fundamentales del materialismo histórico”. In ALTHUSSER, L. e BALI BAR, E. *Para leer 'El Capital'*. Buenos Aires: Siglo XXI.
- _____. (1976). *Cinco Ensayos de Materialismo Histórico*. Barcelona: Laia.
- BRAVERMAN, Harry. (1977). *Trabalho e capital monopolista: a degradação do trabalho no século XX*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BURAWOY, Michael. (1990). “A transformação dos regimes fabris no capitalismo avançado”. *Revista brasileira de Ciências Sociais*, 13.
- CORIAT, Benjamim. (1992). *Pensar al revés: trabajo y organización en la empresa japonesa*. México: Siglo XXI.
- HIRATA, Helena. (1986). “Trabalho, família e relações homem/mulher: reflexões a partir do caso japonês”. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 2.
- HOBSBAWM, Eric. (1995). *Era dos extremos: o breve século XX (1914 - 1991)*. São Paulo: Companhia das Letras.
- IANNI, Octavio. (1992). *A sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- KAUTSKY, KMI. (1978). “La nacionalidad moderna”. In BERSTEIN, E. et al. *La segunda internacional y el problema nacional y nacional y colonial (primera parte)*. México: Pasado y Presente.
- KURZ, Robert. (1996). “O fictício milagre japonês”. *Folha de S. Paulo*, 04.08.96.
- MCNAMARA, Robert. (1992). “Uma visão dos Estados Unidos no século XXI”. *Política Externa*, 1(13).
- MANDEL, Ernest. (1992). “Crise e luta de classes”. *Em Tempo*, 263.
- MARSHALL, T. H. (1967). *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar.

- MARX, Karl e ENGELS; Friedrich. (1988). *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes.
- MILIBAND, Ralph. (1982). *O Estado na sociedade capitalista*. Rio de Janeiro, Zahar.
- PASUKANIS, Evgeny. (1976). *La théorie générale du droit et le marxisme*. Paris: EDI.
- POULANTZAS, Nicos. (1970). *Pouvoir politique et classes sociales*. Paris, Maspero.
- SMITH, Anthony. (1986). *The ethnic origins of nations*. Oxford, Basil Blackwell.